

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.678 - SP (2019/0194492-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : ANDRE DAVINO MITIDIERI
ADVOGADO : LUCIANO TERRERI MENDONÇA JUNIOR - SP246321
AGRAVADO : IBERIA LINEAS AÉREAS DE ESPAÑA SOCIEDAD ANÓNIMA
OPERADORA
ADVOGADO : FÁBIO ALEXANDRE DE MEDEIROS TORRES - RJ091377

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. ATRASO DE VOO. PERÍODO INFERIOR A QUATRO HORAS. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

ANDRÉ D'AVINO MITIDIERI (ANDRÉ) ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra IBERIA LINEAS AÉREAS DE ESPAÑA SOCIEDAD ANÓNIMA (IBERIA), alegando atraso em voo por cerca de três horas, o que inviabilizou que embarcasse no voo seguinte, em outra companhia aérea.

A sentença julgou improcedente o pedido (e-STJ, fls. 85/88).

Interposta apelação por ANDRÉ, o Tribunal Paulista negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 121):

TRANSPORTE AÉREO. Voo internacional. Indenização por danos materiais e morais. Perda da conexão. Atraso do primeiro voo não demonstrado. Voos de companhias diferentes. Conexão montada pelo próprio passageiro com prazo exíguo. Improcedência mantida. Recurso não provido.

Os embargos de declaração opostos por ANDRÉ foram rejeitados (e-STJ, fls. 142/146).

Inconformado, ANDRÉ interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 6º, VI, 14 do

CDC, 186, 737 e 927 do CC/02, aduzindo, em síntese, que o transportador aéreo responde objetivamente pelos danos causados a passageiros por atrasos de voo.

IBERIA ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 150/161).

Em juízo de admissibilidade, a presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal Bandeirante inadmitiu o apelo nobre ante a ausência de demonstração da ofensa a lei federal e a incidência da Súmula nº 7 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 176/180).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do atraso do voo

O TJ/SP consignou que o atraso do voo por cerca de três horas não ensejava a indenização pleiteada, com fundamento em disposições da Resolução nº 400/2016 da ANAC. Confira-se:

Em segundo lugar, ainda que demonstrado o atraso, nos termos da legislação aplicável ele deveria ser superior a 4 horas para que fosse indenizável.

Não se ignora que “o transportador deverá oferecer as alternativas de reacomodação, reembolso e execução do serviço por outra modalidade de transporte, devendo a escolha ser do passageiro (artigo 21, caput, da Resolução n. 400/2016 da ANAC) em caso de “perda de voo subsequente pelo passageiro, nos voos com conexão” (artigo 21, IV, da Resolução n. 400/2016 da ANAC). Contudo, tal previsão se aplica a situações em que “o voo atrasará mais de 4 (quatro) horas em relação ao horário originalmente contratado” (artigo 21, parágrafo único, da Resolução n. 400/2016 da ANAC).

Contudo, na espécie, o próprio autor afirma que “o primeiro voo” atrasou “por cerca de três horas” (fls. 2) (e-STJ, fl. 123).

Embora ANDRÉ tenha afirmado que a "*posição adotada pelo Tribunal a quo é a de que o transportador pode atrasar livremente todos os seus voos, sem nenhuma responsabilidade, desde que não ultrapasse o período de 4 horas, mesmo que isso cause algum prejuízo a seus consumidores*", fato é que não impugnou de maneira específica a aplicação da Resolução nº 400/2016 da ANAC quanto aos critérios objetivos para ensejar o direito do consumidor a reacomodação, reembolso e execução do serviço por outra modalidade de transporte. Assim, incidiria nesse ponto o disposto na Súmula nº 283 do STF.

De todo modo, o STJ já se posicionou no sentido de que o atraso de voo por período superior a quatro horas caracteriza falha no serviço de transporte aéreo contratado, ensejando assistência material e informacional ao consumidor, independentemente da causa originária do atraso:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA. CONTRATO DE TRANSPORTE. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. ATRASO DE VOO. SUPERIOR A QUATRO HORAS. PASSAGEIRO DESAMPARADO. PERNOITE NO AEROPORTO. ABALO PSÍQUICO. CONFIGURAÇÃO. CAOS AÉREO. FORTUITO INTERNO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

1. Cuida-se de ação por danos morais proposta por consumidor desamparado pela companhia aérea transportadora que, ao atrasar desarrazadamente o voo, submeteu o passageiro a toda sorte de humilhações e angústias em aeroporto, no qual ficou sem assistência ou informação quanto às razões do atraso durante toda a noite.

2. O contrato de transporte consiste em obrigação de resultado, configurando o atraso manifesta prestação inadequada.

3. A postergação da viagem superior a quatro horas constitui falha no serviço de transporte aéreo contratado e gera o direito à devida assistência material e informacional ao consumidor lesado, independentemente da causa originária do atraso.

4. O dano moral decorrente de atraso de voo prescinde de prova e a responsabilidade de seu causador opera-se in ipsa em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro.

5. Em virtude das especificidades fáticas da demanda, afigura-se razoável a fixação da verba indenizatória por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

6. Recurso especial provido.

Superior Tribunal de Justiça

(REsp 1.280.372/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 07/10/2014, DJe 10/10/2014 – sem destaque no original)

Dessarte, a *contrario sensu*, ocorrido o atraso por período inferior a quatro horas, o acórdão recorrido alinhou-se ao entendimento do STJ quanto à inexistência de dano indenizável.

Portanto, não merece reforma o acórdão recorrido.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

MAJORO de 10% para 15% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de ANDRÉ, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator